

1 Introdução

A cidade do Rio de Janeiro tem passado, recentemente, por profundas modificações, sob a justificativa da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A conquista do direito de realizar os Jogos é o resultado de uma série de políticas urbanas, realizadas, principalmente, a partir da década de 1990 e que modificou completamente a forma de planejar e gerir a cidade (SANCHEZ, 2001 p.33), sendo, com isso, mobilizados importantes recursos públicos e investimentos privados. Essa concepção de cidade, a partir de sua estruturação para os grandes eventos, opera como uma espécie de âncora das políticas de empresariamento urbano e reitera a visão do espaço como se este fosse inerte e vazio de significados. Assim, pasteuriza-se o espaço, sem levar em consideração o aspecto cotidiano da vida dos habitantes e as particularidades próprias de cada local. As exigências do evento condicionam investimentos e impõem uma série de encargos às cidades que os recebem (GONÇALVES, 2013, p.2), conforme podemos observar em Sanchez (2001c, p. 247):

O movimento de passagem do espaço-mercadoria à cidade mercadoria parece situar-se no marco temporal dos anos 90 quando, em função da reestruturação econômica mundial e da fluidez espacial de empresas e capitais, os governos municipais intensificam suas políticas de venda das cidades em mercadorias, agora em escala planetária, parece constituir-se em fator explicativo do padrão tendencialmente homogêneo das imagens internacionais de cidades (...). Este padrão vem indicar que a despeito de suas singularidades históricas, políticas, culturais ou urbanísticas, as cidades são “vendidas” de modo semelhante através dos fluxos comunicacionais e informacionais apresentando, mediante suas imagens, atributos muitas vezes até coincidentes.

A cidade, no capitalismo, é cada vez mais produzida como mercadoria, como valor, valor de uso e valor de troca, abrindo a possibilidade de pensar a cidade como um bem intercambiável, produzido sob a lógica da valorização e como negócio (ALVAREZ, 2015, p.66). O processo de produção do espaço é objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, pois, assim, o espaço toma forma através da reorganização territorial e das representações e imagens adequadas, o que explica a importância do “City Marketing” como instrumento das políticas urbanas. Como

instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de determinados tipos de cidade, as chamadas “cidade-modelo” (SANCHEZ, 2001, p. 32). A mesma autora (2001, p.33) nos diz que:

A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social.

Para Vainer (2000, p. 78), “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda”. O mesmo autor acrescenta que:

Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos.

Ainda conforme o autor, os planejamentos estratégicos das cidades são conduzidos pelos governantes da mesma maneira que uma empresa é gerida, pois as “cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2000, p.76). Harvey (2006, p. 170-171) destaca três pontos dessa nova forma de administração das cidades nesta fase do capitalismo:

Em primeiro lugar, o novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa privada tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego (...)

Em segundo lugar, a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa, e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado (...)

Em terceiro lugar, o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar do que o território. Em relação ao território, penso nos projetos econômicos (moradia, educação etc.) idealizados principalmente para melhorar as condições de moradia ou trabalho em uma jurisdição específica. A construção do lugar (um novo centro cívico, um parque industrial) ou a melhoria das condições de um lugar (intervenção, por exemplo, no mercado local de trabalho mediante programas de requalificação ou pressão para redução dos salários locais), por outro lado, pode ter

um impacto maior ou menor do que o território específico em que tais projetos se localizam.

Podemos observar esses pontos destacados por Harvey (2006) na forma de administrar a cidade quando observamos a maneira como está sendo gerida a cidade do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A fim de atender às necessidades para a realização desses jogos, diversas obras de infraestrutura estão sendo realizadas na cidade. Um exemplo dessas intervenções são as construções de quatro vias expressas que contarão com faixas exclusivas para a circulação dos ônibus BRTs (Bus Rapid Transit), os quais terão como finalidade facilitar o deslocamento de pessoas, e também de mercadorias, pela cidade. A construção dessas vias está sendo financiada, em grande parte, pelo governo federal, em parceria com a iniciativa privada por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Mobilidade Urbana e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro, existem quatro linhas do BRT planejadas e em diferentes estágios de desenvolvimento, são elas: a Transoeste, a qual percorre 57 km entre Santa Cruz e Barra da Tijuca, inaugurada em junho de 2012; a linha Transcarioca de 39 km, que liga o aeroporto internacional do Rio de Janeiro à Barra da Tijuca, sendo inaugurada em 2014; a Transolímpica percorrerá 26 km de Deodoro à Barra da Tijuca e, por fim, a Transbrasil, que ligará Deodoro ao aeroporto Santos Dumont, perto do Centro do Rio. Esta linha de BRT final é planejada com 32 km, incluindo corredores expressos ao longo da Avenida Brasil, com uma capacidade diária estimada de 900.000 pessoas. Ambas as rotas – das linhas Transolímpica e Transbrasil – estão previstas para estar em funcionamento durante os Jogos Olímpicos de 2016 (JOHNSON, 2014).

As vias e os corredores expressos, de acordo com o Caderno de Legados Urbano e Ambiental, (2009, p. 56) elaborado pelo comitê de candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos de 2016, fazem parte da reestruturação do transporte coletivo da cidade do Rio de Janeiro, que busca a integração com a rede de trens e metrô para criar um sistema de alta capacidade e eficácia no transporte público, tanto para o cotidiano da cidade quanto para o período de realização dos jogos de 2016. Ainda de acordo com o Caderno de Legados (2009, p. 58), os corredores expressos têm como objetivo agilizar os deslocamentos em toda a malha urbana e

arejar o movimento da cidade como um todo, além de interligar os polos esportivos, já que o BRT Transolímpico fará a ligação do bairro de Deodoro ao bairro da Barra da Tijuca e conectará dois polos esportivos das Olimpíadas de 2016.

Convém observar que a reconfiguração da Avenida Brasil, em Transbrasil, nos locais por onde passarão os ônibus do BRT e a abertura da Transolímpica, são obras de infraestrutura feitas para atender exigências de organismos internacionais tais como o COI (Comitê Olímpico Internacional) e o BIRD (Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento), responsáveis por financiamentos de obras em cidades que necessitam de infraestrutura básica, mas também financiador de obras em cidades que buscam se modernizar e se capacitar para competir internacionalmente, em termos de candidaturas para sediar quaisquer tipos de eventos e de investimentos (DAMETTO, 2013, p. 2).

No bairro de Deodoro podemos observar as manifestações dessas lógicas orientadas pelo capital financeiro internacional. Com o fim das obras, esse bairro, localizado na zona oeste da cidade e que possui, de acordo com o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado em 2010, uma população total de 10.842 pessoas, será o ponto de baldeação entre os BRT Transbrasil, BRT Transolímpico e a Supervia, uma importante linha férrea que liga os bairros do subúrbio e baixada fluminense ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Além das obras de mobilidade urbana, serão construídas diversas arenas esportivas tanto no bairro de Deodoro como no bairro da Vila Militar. Apesar dos dois bairros contarem com um importante centro esportivo por conta das instalações construídas para as competições do Pan-Americano de 2007 e dos Jogos Militares de 2011 – como o Centro Olímpico de Hóquei sobre grama, Centro Nacional de Tiro Esportivo, Centro Nacional de Hipismo e Centro Aquático de Pentatlo Moderno – serão construídas instalações esportivas para as olimpíadas de 2016, como o Centro Olímpico de BMX, Estádio Olímpico de Canoagem Slalom e a Arena Deodoro, as quais serão construções fixas e servirão como legado para a cidade. Além dessas arenas fixas, serão erguidos, também, o Parque Olímpico de Mountain Bike, a Arena de Rúgbi e a Arena de Pentatlo Moderno. No entanto, estas serão instalações temporárias e desativadas após a realização dos jogos. Estão previstas, também, obras de melhorias de infraestrutura, como a recuperação de calçamentos e das redes de drenagem do bairro, a reforma das

estações de trem da região e também está previsto o desassoreamento de rios. Além dos bairros de Deodoro e da Vila Militar, outros bairros próximos passarão por significativas transformações em decorrência da realização das olimpíadas de 2016 e das obras de infraestruturas que estão sendo realizadas, principalmente, com a construção da via expressa Transolímpica e do corredor para o BRT.

Assim, a presente dissertação tem como objeto as transformações espaciais que estão ocorrendo no bairro de Deodoro por conta dos grandes investimentos em logística, como a implantação das vias expressas Transolímpica e Transbrasil, que contarão com corredores expressos para a circulação dos ônibus BRT em virtude da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. O interesse por esse bairro em nossa pesquisa se deve porque, em sua formação, o bairro de Deodoro (antigo bairro de Sapopemba) teve suas origens muito ligadas à presença do Exército neste espaço da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os bairros de Deodoro, Realengo e Vila Militar, como a presença da Fábrica de Cartuchos de Realengo e a própria Vila Militar, construída dentro dos limites do bairro de Deodoro, a qual, posteriormente, veio a se tornar um bairro no município. É interessante salientar que, embora os bairros de Deodoro e da Vila Militar estejam ganhando contornos de um polo esportivo, estes são reconhecidos por possuir diversas instalações militares no seu espaço. A idealização da Vila Militar está inserida em um contexto de modernização e profissionalização das Forças Armadas, no caso, o Exército, que começou a ser esboçado com a Proclamação da República, mas só foi efetivamente implantado em princípios do século XX, passando, então, a ser objetivo e prática permanente, principalmente determinado pela constante evolução tecnológica dos armamentos e das infraestruturas militares. Uma lógica muito distinta, que hoje diverge das modificações pelas quais o bairro passa atualmente.

A construção da Vila Militar em terras que pertenciam ao bairro de Sapopemba (atual bairro de Deodoro), insere-se num momento em que era questionada a função e a capacidade de defesa do território das forças armadas brasileira, em particular o Exército. Em inícios do século XX, segundo McCann (2007, p. 104), a principal função do exército era a manutenção da ordem política, e isso ia contra aos ideais de profissionalismo que alguns novos oficiais importavam da Europa após um período de estágio nos Exércitos Francês e Alemão, os quais serviram de modelos a serem adotados no Brasil pós-império.

De fato, o papel destinado às Forças Armadas era o de policiar o território, servindo como instrumento de repressão para as elites locais quando estas perdiam o controle político. Convém dizer que logo após a Proclamação da República ficou evidente o quanto o Exército não estava preparado para o combate. Apesar das vitórias nos conflitos de Canudos e do Contestado, ficou claro o quanto o Exército não tinha condições de empreender um conflito armado por muito tempo contra um oponente organizado, como um exército regular estrangeiro, o que deixava o território da recém-proclamada República indefeso, em caso de um ataque às fronteiras. A precariedade de defesa ocorreu devido às deficiências no treinamento dos novos recrutas, como também do próprio equipamento que era ultrapassado.

Além disso, a ausência de um mínimo de profissionalismo do exército se fazia mais visível quando se analisa as condições de treinamento dos soldados e dos expedientes utilizados para o recrutamento de novos “voluntários” para as campanhas militares. A citação abaixo elucida bem o que era o exército em fins do século XIX e início do século XX:

Um esboço do que era o Exército para os alistados ajudará [...] a compreender a aversão dos civis ao serviço militar. [...] Chamados de “voluntários”, a maioria dos praças provinha das fileiras de desempregados. Alguns se alistavam espontaneamente, interessados em comida e teto, mas muitos outros, talvez até a maioria, eram pegos pela polícia em batidas, as chamadas 'canoas', e despachados para quartéis sob escolta. [...]

O analfabetismo era comum, e muitos sofriam de malária, parasitas e subnutrição; a disciplina era severíssima, até mesmo brutal. Em 1901 Mallet advertiu que 'a crueldade é contraproducente. A depravação dos caracteres, a corrupção da índole nos tipos fracos e degenerados agravava-se em muitos casos com o excessivo rigor das penas'. (MCCANN, 2007, p. 111)

Somando-se a isso, o Exército não possuía acomodações capazes de alojar os soldados de forma adequada, sendo os quartéis, na maioria dos casos, casernas improvisadas que apresentavam péssimas instalações sanitárias. Muitas das vezes, a guarnição sequer possuía dinheiro para a manutenção de um alojamento, chegando a alugar residências para este fim (MCCANN, 2007, p. 130). Esses fatores ajudaram a contribuir na repulsa da classe civil ao serviço militar e serviram como uma das justificativas para a construção da Vila Militar em terrenos que pertenciam, originalmente, ao bairro de Deodoro (antigo Sapopemba). Com o decorrer dos anos, a própria Vila Militar sofreu modificações

para atender outros objetivos fora da esfera militar. Mais recentemente, em 2007, com a realização dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, foi construído o Complexo Esportivo de Deodoro, que foi sede para as competições de hipismo, tiro esportivo, tiro com arco, pentatlo moderno, futebol de cinco e futebol de sete.

Assim, é importante analisar as diferentes formas de produção do espaço no bairro de Deodoro: num primeiro momento temos a prevalência de uma lógica de ocupação militar, culminando na construção da Vila Militar e atualmente os investimentos logísticos produzindo e transformando o seu espaço em nome das Olimpíadas de 2016. Temos nesse espaço, portanto, diferentes formas de produção e concepção, que compreendem: um produto de vieses passados e um presente construindo o futuro. Ferreira (2011, p. 33) chama a atenção da importância de perceber que cada modo de produção, em um determinado momento histórico, produz o seu espaço e, nesse sentido, cada cidade e cada bairro é a materialização de um determinado momento histórico.

Dessa forma, partindo do pressuposto que o espaço deve ser entendido como um produto histórico e social no qual a sociedade, em um determinado momento histórico, através das técnicas que desenvolve e das relações sociais e de produção que estabelece, o produz. É importante notar que a introdução de novos vetores tecnológicos e investimentos afetarão diretamente o cotidiano das pessoas que vivem no bairro de Deodoro. Assim, a partir de Carlos (2007, p. 11) podemos observar que a cidade, como um todo, é um produto histórico-social, um acúmulo de diversas fases e necessidades de uma sociedade:

A cidade enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico acumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

Acrescentando ao raciocínio de Carlos (2007), Ferreira (2011, p. 143) nos diz que devemos considerar o espaço como produto, condição e meio do processo geral de uma sociedade, o que nos permite perceber os agentes que produzem o espaço urbano, conforme o trecho seguinte:

Utilizar-nos da consideração do espaço como produto, condição e meio do processo geral da sociedade, permite-nos perceber os agentes que produzem o espaço urbano buscando interligações que, muitas vezes, partem do global em direção ao local, e aí encontram sujeitos que ora apresentam-se como aliados, ora como oponentes.

Os investimentos em nome das Olimpíadas de 2016, sob o ângulo do urbanismo, do planejamento e da gestão das cidades, constituem algo que vai para muito além do esporte simplesmente. O urbanismo olímpico, de acordo com Mascarenhas (2007), é o conjunto de pressupostos e intervenções sobre as cidades que acolhem os grandes eventos olímpicos. Trata-se, pela natureza intrínseca do evento, de dotar as cidades de instalações muito específicas, que atendam às distintas modalidades, dentro dos padrões internacionais. Mas trata-se, também, de criar condições de alojamento para os milhares de atletas, pessoal de apoio e membros dos comitês olímpicos, bem como para a imprensa internacional. Além disso, quase sempre a cidade-sede requer expansão ou melhorias em sua infraestrutura geral (transportes, telecomunicações, malha viária etc.).

Não sendo neutro, nem indiferente aos processos sociais, o espaço precisa ser produzido e ordenado de acordo com as intenções, os limites e possibilidades dos diferentes agentes sociais. Seguindo a linha de raciocínio de Capel (2005, p. 85), em que a produção do espaço urbano é resultado das práticas de alguns atores, em geral, esses espaços não pertencem aos habitantes do local e, como consequência disso, não seguem os interesses desses habitantes, mas sim, de interesses, ainda que contraditórios, de outros atores, representantes tanto do capital imobiliário, comercial, industrial, ou do próprio Estado. Ferreira (2011, p.33) afirma que o espaço, sendo um produto social, está simultaneamente inter-relacionado com a sociedade, sendo engendrado pelo modo de produção vigente e produzido para dar sustentação para a estrutura socioeconômica. Seguindo esse raciocínio, Carlos (2013, p.64), afirma:

A noção de “produção do espaço” (...) importa conteúdos e determinações, obriga-nos a considerar os vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade em sua complexidade. Obriga-nos a considerar o sujeito da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (...); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

Lefebvre (2006, p.76) nos diz que se existem produção e processo produtivo do espaço, existe história, conforme o trecho:

Se há produção e processo produtivo do espaço, há história; (...) A história do espaço, de sua produção enquanto “realidade”, de suas formas e representações, não se confunde nem com o encadeamento casual de fatos ditos “históricos” (datados), nem com a sucessão, com ou sem finalidade, de costumes e leis, de ideias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições (superestruturas). As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar- na produção do espaço.

As sociedades sempre produziram seus espaços, entretanto, no atual modelo capitalista, o espaço se torna uma mercadoria, assumindo um valor de troca em detrimento de seu valor de uso. Dito isso, não se pode ignorar o processo de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço e das formas urbanas, típicos do modo de produção capitalista, conforme, mais uma vez, afirma Ferreira (2011, p.208):

O que se vê é cada vez mais a homogeneização das formas urbanas, pois, se tem dado certo em determinada cidade, é preciso seguir esse caminho para atrair investidores. Assim, assistimos a uma interminável repetição dos mesmos cenários, dos mesmos restaurantes, das mesmas formas de lazer, das mesmas músicas, das mesmas marcas; aliás, nesse cenário de simulacros, a própria cidade busca transformar-se em uma marca.

Lencioni (2015, p.36) acrescenta ao chamar a atenção ao fato de que tal homogeneização por natureza é fragmentada, promovendo hierarquias. De acordo com a autora:

O espaço produzido [pela atual lógica capitalista de produção] caracteriza-se por ser ao mesmo tempo homogêneo, fragmentado e hierarquizado (...). A homogeneização torna os espaços semelhantes, porém essa homogeneização se fragmenta e é aí que reside um dos aspectos da desurbanização, a negação do urbano. Fragmenta-se o espaço e devido às diferenças que se apresentam, se edificam hierarquias e se reestruturam as relações de subordinação e dominação. (LENCIONI, 2010)

Lencioni (2015, p.38) também nos diz que a lógica do capitalismo, sob a hegemonia do capital financeiro, e da metropolização do espaço é hegemônica, porém, a lógica do capital não é homogênea, possuindo ritmos e intensidades

diferentes, produzindo descontinuidades e criando hierarquias, conforme o trecho:

(...) convém chamar a atenção para um aspecto: a lógica do capital não é homogênea, possui ritmos e intensidades diferentes, incidindo de forma densa ou rarefeita nos territórios e, até mesmo, se colocando ausente, produzindo descontinuidades. Por isso, o espaço que tende à crescente homogeneização apresenta-se fragmentado. Essa homogeneização do espaço e sua fragmentação se veem acompanhadas de hierarquia entre os lugares, quer herdadas, novas ou redimensionadas.

Ferreira (2015, p.78) contribui ao nos dizer que a homogeneização viabiliza a conformação da cotidianidade no espaço e a própria intercambiabilidade dos lugares. A fragmentação, de acordo com o autor, propicia a mercadificação do espaço. Além disso, os espaços da cidade são hierarquizados e projetam valores de troca distintos, pois os investimentos realizados de formas diferenciadas localmente pelos governos acirram a hierarquização dos lugares, refletindo a hierarquia do poder econômico e político.

Conforme Ferreira (2015, p.78) nos afirma sobre o fato da homogeneização viabilizar a conformação da cotidianidade, o cotidiano do bairro de Deodoro é um importante aspecto para a realização da pesquisa, assim como o próprio conceito de cotidiano e vida cotidiana, pois é através do cotidiano que o espaço do bairro é apropriado pelos moradores, conforme podemos observar em Carlos (2007b, p.55):

[...] o cotidiano, o espaço e o urbano se reproduzem em função da reprodução das relações de produção a partir das determinações de um lado da valorização do capital e de outro da estratégia estatal que ganha espacialidade através da *morfologia hierarquizada* que se consubstancia a partir de uma rede de fluxos que interligamos lugares, ao mesmo tempo em que expressa a morfologia social, que hierarquiza os indivíduos na sociedade.

Para Netto & Carvalho (2012, p.25-26), “A esfera do cotidiano é uma esfera precisa; é a esfera do homem concreto. A objetivação que passa no cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente imediato.” Os mesmos autores (2012, p. 23) definem a vida cotidiana como aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias, onde os gestos mecânicos e automatizados dirigem as nossas atividades, mais do que nossa consciência, sendo, de certa forma, um elemento alienante. Heller (2000, p. 37) vai ao encontro dos autores ao nos afirmar que a “vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que

mais se presta à alienação. (...) Na cotidianidade, parece “natural” a desagregação, a separação de ser e essência”. Complementando este raciocínio, Martins (2013, p. 71) nos diz:

A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado.

De acordo com Netto & Carvalho (2012, p. 24), o cotidiano se modifica e se diferencia de acordo com o momento histórico, não sendo estático e atemporal, conforme podemos observar no trecho seguinte:

A história e o progresso transformam continuamente sua paisagem, mas não o exterminam.

Em cada época histórica os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, e tornam diferenciáveis. A vivência e experiência da cotidianidade também é diferenciável segundo os grupos ou classes sociais a que os indivíduos pertencem e em cada modelo societário existente.

Os autores complementam o trecho acima ao afirmar:

A vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica. Isto é, a vida cotidiana é caracterizada por um conjunto de ações e relações heterogêneas que contêm em seu bojo uma certa hierarquia. (...). Ela se altera seja em função dos valores de uma dada época histórica, seja em função das particularidades e interesses de cada indivíduo e nas diferentes etapas de sua vida. (NETTO & CARVALHO, 2012, p. 25)

Entretanto, os autores também destacam o fato de que a vida cotidiana é, sob um determinado ponto de vista, o espaço modelado pelo Estado e pela produção capitalista. Para os autores:

A vida cotidiana, faz algum tempo é, sobretudo, o centro de atenção do Estado e da produção capitalista de bens de consumo”, sendo, portanto, para a produção capitalista de consumo, “uma base de rentabilidade e econômica inesgotável. (NETTO & CARVALHO, 2012, p.17-18)

Ferreira (2015, p. 80), acrescentando ao raciocínio de Netto & Carvalho (2012) destaca o fato de que o espaço é produzido a partir de intencionalidades,

sendo o espaço ao mesmo tempo produto/produtor, numa referência ao trabalho de Lefebvre, pois é necessário levar em conta a influência causada pela sua produção no cotidiano das pessoas. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi de analisar como essa lógica global de acumulação e a consequente homogeneização, fragmentação e hierarquização dos espaços, que se dá através da chegada dos corredores expressos e das grandes arenas esportivas, decorrentes de investimentos externos sob a justificativa da realização dos Jogos Olímpicos de 2016, poderão refletir no cotidiano dos moradores do bairro de Deodoro.

A justificativa para a realização desta pesquisa está no fato dela ser um desdobramento da pesquisa realizada na minha monografia, na qual o meu objetivo foi contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva que privilegiasse os estudos da evolução urbana do Rio de Janeiro a partir de seus espaços periféricos, e não do centro, de um olhar que valoriza espaços e experiências que foram originais na história da sociedade brasileira e que aconteceram no subúrbio carioca, como é o caso da Vila Militar. Isso significa assumir um posicionamento teórico de que os processos de modernização urbana não se desenvolvem apenas nas zonas centrais da cidade, objetos de reformas urbanas como a de Pereira Passos, sendo a Vila Militar um verdadeiro monumento à modernidade e ao poder que também se aloja nas bordas das cidades, algo invisível para aqueles que só associam poder e modernidade às zonas centrais e seus bulevares. Com a chegada das Olimpíadas de 2016 e os seus investimentos, o bairro de Deodoro será um importante ponto de entroncamento na cidade do Rio de Janeiro, pois será no bairro onde será realizada a conexão entre os BRTs Transbrasil e Transolímpico e a Supervia.

Assim, como objetivos secundários, analisamos se tais intervenções podem, num futuro próximo, desencadear um processo de gentrificação do espaço, não apenas no bairro de Deodoro, mas também em bairros adjacentes, pois obras de melhorias deste porte sempre trazem consigo uma grande valorização do solo e, conseqüentemente, se tornam um terreno fértil para a especulação imobiliária e outras formas de apropriação do espaço. Além disso, investigamos qual seria a relação dessas transformações realizadas no bairro Deodoro, para os Jogos Olímpicos, com o bairro da Vila Militar, ou seja, se lógicas de concepção e apropriação do espaço, à primeira vista tão distintas, poderiam coexistir.

Como procedimentos para a realização de nosso estudo, realizamos

pesquisas de campo e entrevistas com alguns moradores e comerciantes do bairro de Deodoro, na qual tentamos entender quais são as expectativas dos moradores diante dessas obras para as os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e se, de fato, os seus anseios estão sendo atendidos ou relegados a outro patamar em face das necessidades do ideário da “Cidade Olímpica”. Realizamos, também, o recolhimento e a análise dos dados secundários, como o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do bairro de Deodoro e adjacências, fornecidos pela prefeitura do Rio de Janeiro, em que confrontamos os números divulgados com o observado nos trabalhos de campo, além de dados, tais como os números fornecidos pela Secretaria Estadual de Transporte do Rio de Janeiro (SECTRAN-RJ), nos quais observamos a importância do bairro como ponto de entroncamento e de baldeação para a cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a presente dissertação apresenta dois capítulos. No primeiro capítulo, de título “A produção da ‘Região Olímpica de Deodoro’”, buscamos entender como a prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da intensa divulgação midiática, contribuiu no encobrimento do bairro de Deodoro e de seus moradores, dentro da lógica de cidade espetáculo.

No segundo capítulo, de título “A mercadificação do espaço do bairro de Deodoro-RJ: O Projeto do BRT e as Olimpíadas de 2016”, discutimos acerca das mudanças espaciais que estão ocorrendo nos bairros de Deodoro e da Vila Militar por conta dos investimentos realizados para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, principalmente com a construção dos corredores expressos dos BRTs Transbrasil e Transolímpico e das arenas esportivas. Além disso, nesse capítulo, discutimos se ao fim das obras dos corredores expressos, o bairro de Deodoro poderá, num futuro, se tornar em uma centralidade na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, discutimos como essas mudanças estão se refletindo, e poderão se refletir, no cotidiano dos habitantes do bairro de Deodoro e como se dará a relação dos moradores do bairro com os militares da Vila Militar, pois existe o compromisso firmado com o COI de que algumas instalações esportivas da área serão revertidas em legado para a população do bairro de Deodoro e de bairros do seu entorno na forma de área de lazer.